

Organizadores:
Dalila Xavier de França
Marcus Eugênio Oliveira Lima

NÍVEIS DE ANÁLISE
E FORMAS DE
INTERVENÇÃO
EM PSICOLOGIA
SOCIAL

SCOR
Editora
TECCI



www.twosides.org.br

Copyright© Dos Autores

8100/1 – 200 – 284 – 2016

O conteúdo desta obra é de responsabilidade do(s) Autor(es),
proprietário(s) do Direito Autoral.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Níveis de análise e formas de intervenção em
psicologia social / Marcus Eugênio Oliveira Lima
(org) . -- São Paulo : Scortecci, 2016.

Vários autores.

ISBN 978-85-366-4614-5

1. Psicologia social 2. Relações sociais
I. Lima, Marcus Eugênio Oliveira.

16-01769

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social 302

GRUPO EDITORIAL SCORTECCI

Scortecci Editora

Caixa Postal 11481 - São Paulo - SP - CEP 05422-970

Telefone: (11) 3032-1179

www.scortecci.com.br

Livraria e Loja Virtual Asabeça

Telefone: (11) 3031-3956

www.asabeça.com.br

Homenagem ao Professor Lídio de Souza (1954-2012)

O prédio que abriga o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) recebeu a denominação Edifício Lídio de Souza. Foi uma homenagem singela ao professor, falecido em 24 de dezembro de 2012, que colaborou intensamente com a instituição, inclusive na elaboração do projeto que propiciou a construção da mencionada edificação, apresentado à Finep.

Lídio fez sua formação pós-graduada em São Paulo, com orientadoras de grande prestígio acadêmico: Maria do Carmo Guedes e Eda Terezinha de Oliveira Tassara. Tornou-se docente da UFES em 1984, tendo sido Coordenador do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Foi responsável pela orientação de 21 Mestres e 8 Doutores. É autor de artigos, livros e capítulos sobre um conjunto de temas articulados no âmbito da Psicologia Social. Foi Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Por mais de três décadas foi casado com Zeidi Araujo Trindade, que também é docente da área da Psicologia Social.

Com sua presença sempre atenciosa e acolhedora, destacou-se por sua seriedade, respeito ao espaço público, solidariedade, espírito crítico e abertura ao diálogo, daí ter se tornado importante referência para muitos alunos que buscavam um espaço para discutir suas ideias e compreender os fenômenos humanos a partir de uma perspectiva crítica e psicossocial.

Foi estudioso contumaz e grande conhecedor da Teoria da Identidade Social e conduziu e orientou investigações sobre violência, exclusão, minorias sociais, linchamentos, representações

sociais, gênero e direitos humanos, legando com seu trabalho profunda reflexão sobre os processos identitários e sua interface com as relações de poder.

Simplicidade, cortesia, ponderação, competência para criticar sem deixar de apresentar proposições, o caracterizavam como pessoa especial e como professor admirado. Uma das facetas mais marcantes do Lídio foi a da integridade pessoal e profissional ao longo de toda a vida. Para ele, ética nunca foi apenas uma palavra da moda. Falcatruas, oportunismos e infâmias de todas as modalidades sempre lhe foram indigeríveis.

Lídio sonhou estar em uma Universidade em que o diálogo e a abertura à diversidade fossem princípios basilares para o desenvolvimento de um conhecimento científico comprometido com a justiça e mudança sociais. Em suas palavras: *Acreditamos que em tese, em decorrência da própria ideia de universidade, que pressupõe o privilégio da convivência com a riqueza do conhecimento universal, o ambiente acadêmico deveria ser o terreno mais propício para o convívio saudável e democrático entre diferentes correntes de pensamento e também o menos tolerante com discriminações de qualquer tipo* (em texto intitulado *Alteridade, processos identitários e violência acadêmica*, constante do livro *Psicologia Social: temas em debate* – Rosa & Avellar, 2008, Ufes/Abrapso).

Lídio todo o tempo foi homem de muita fé no conhecimento e na convicção de que os seres humanos dispõem das ferramentas que podem tornar as sociedades igualitárias em termos de oportunidades, de bem estar generalizado, de acesso à possibilidade de usufruto de todos os bens materiais e culturais que a humanidade produziu e de convivência com as diferenças. Essa fé é a mais difícil de sustentar, porque ela não exclui e não define com marcas superficiais e oportunistas quem é e quem não é como eu, como os meus.

Vitória, 7 de março de 2016.

*Mariana Bonomo
e Paulo Rogério Meira Menandro*

Sumário

Prefácio	13
Notas biográficas dos Autores.....	29
Introdução – Articulações entre níveis de análise em Psicologia Social	35
<i>Dalila Xavier de França, Marcus Eugênio Oliveira Lima</i>	
Capítulo 1 – Categorização social e fatores ideológicos na dinâmica das relações intergrupais	43
<i>Jorge Vala, Rui Costa-Lopes</i>	
Sumário de um percurso e contexto de uma proposta	44
Categorização social e relações intergrupais.....	47
Categorização social e modelos de redução do enviesamento endogrupal	52
Crenças coletivas fundamentais, ideologias e relações intergrupais	56
Relações intergrupais e legitimidade das desigualdades sociais	57
Relações intergrupais e motivação para a justiça	59
Relações intergrupais e teorias implícitas sobre a natureza dos seres humanos	61
Articulações entre categorização social e dimensões ideológicas: exemplos de pesquisa	65
Conclusões.....	71

Capítulo 2 – Os níveis de explicação na Psicologia Social da Memória 75

Celso Pereira de Sá

Introdução	75
Os níveis de explicação em Psicologia Social.....	77
Os pressupostos de uma Psicologia Social da Memória	78
As memórias da memória social.....	81
Os níveis de explicação e as categorias da memória social.....	83
Conclusão.....	85

Capítulo 3 – Fontes de informação de especial interesse para a pesquisa documental no âmbito da Psicologia..... 87

Paulo Rogério Meira Menandro

Considerações iniciais	87
Fontes de informação disponíveis	93
Os provérbios.....	95
As anedotas.....	96
As letras de canções.....	101
Proposição final	104

Capítulo 4 – Socialização materna e comprometimento dos filhos com os direitos humanos 107

Cleonice Camino, Pablo Queiroz, Livia Braga de Sá Costa, Lilian Galvão, Nilton Formiga, Leonardo Rodrigues Sampaio

Verificação do modelo proposto.....	113
Discussão	117
Agradecimento.....	120

Capítulo 5 – Sobre a nostalgia como objeto psicossocial..... 121

Adriano Roberto Afonso do Nascimento

Introdução	121
Diferenciações.....	122
Objetos da nostalgia.....	124
O passado vivido e o passado idealizado.....	127
Nostalgias individual e coletiva.....	128
Memória social e identidade.....	130
Notas	133

Capítulo 6 – Análise das políticas públicas na produção científica da Psicologia Social brasileira (1986-2011) 135

Frederico Alves Costa

Introdução	135
Considerações referentes à produção sobre políticas públicas na última década.....	138
A produção da Psicologia Social brasileira e a análise sobre as políticas públicas	141
Considerações finais	148

Capítulo 7 – Valores, estereótipos e racismo aversivo: um estudo com crianças de seis a dez anos de idade..... 151

Dalila Xavier de França, José Luis Álvaro, Ana Raquel Rosas Torres, Leoncio Camino, Raquel Lorente Clemares

Valores na Psicologia Social.....	152
Valores, estereótipos e racismo aversivo.....	154
Valores e seu desenvolvimento na criança.....	160
Método	162
Participantes	162

Procedimentos	163
Instrumento.....	163
Resultados	165
Análises dos valores	165
Análise dos estereótipos	167
Análises do racismo aversivo	169
Análise do efeito da idade e dos valores nos estereótipos e no racismo aversivo	171
Discussão	173
Considerações finais.....	176

**Capítulo 8 – A despersonalização dos negros
e o racismo..... 177**
Marcus Eugênio Oliveira Lima

Desumanizar e despersonalizar.....	179
Pessoa: personificação e despersonalização	181
Despersonalização, exclusão e racismo.....	184
Conclusões e proposta de uma “Agenda de Pesquisa da Despersonalização”	187

**Capítulo 9 – Interfaces entre a Psicologia da Saúde,
a Psicologia Social da Saúde e a Epidemiologia Social:
o estresse em modelos de saúde.....189**
André Faro

O diálogo entre a Epidemiologia Social e a Psicologia Social da Saúde sob a ótica do estresse.....	192
Modelo dos níveis sociais: a adaptação ao estresse como fator explicativo	195
O modelo do risco cumulativo: o estresse como potencializador da vulnerabilidade	199
Considerações finais.....	205

**Capítulo 10 – Intervenção psicossocial e transformação
de representações sociais no campo da atenção
primária à saúde..... 207**
Luiz Gustavo Silva Souza, Maria Cristina Smith Menandro

Representações sociais e práticas sociais.....	207
Grupo de promoção de saúde como intervenção psicossocial	212
Transformação de representações sociais.....	218

**Capítulo 11 – Programa de Intervivência Universitária:
educação coletiva e intervenção psicossocial entre
jovens rurais brasileiros 221**
*Mariana Bonomo, Lídio de Souza (in memoriam),
Maria Cristina Smith Menandro, Zeidi Araujo Trindade*

Introdução	221
O contexto da intervenção: juventude rural e os dilemas da identidade.....	222
Objetivos do PIU.....	224
Estratégias metodológicas	224
Eixo Pesquisa – Processos identitários entre jovens rurais	226
Eixo Ensino – A intervivência universitária	229
Eixo Extensão – Vivendo no mundo rural	233
Avaliação e metas alcançadas	236
Identidade, memória e representações sociais: contribuições para a intervenção psicossocial entre os jovens rurais	237
Considerações finais	240

Referências.....243

CAPÍTULO 1.

Categorização social e fatores ideológicos na dinâmica das relações intergrupais

*Jorge Vala
Rui Costa-Lopes*

A pesquisa em psicologia social sobre as relações intergrupais tem sido estruturada por três questões fundamentais: (1) quais são os fatores que subjazem ao fato de o nosso comportamento individual e coletivo ser largamente determinado pela nossa pertença e identificação com grupos sociais?; (2) por que razão as relações intergrupais são tão marcadas por atitudes negativas, preconceito e discriminação?; e (3) como podem estes aspetos negativos ser atenuados e as relações intergrupais melhoradas?

O objetivo deste texto é propor uma articulação entre dois níveis de análise no estudo das relações intergrupais: o nível intra-individual, com especial ênfase nos aspetos cognitivos, e o nível ideológico, com especial ênfase nas ideologias e crenças coletivas que a diferentes níveis da vida social indicam como a sociedade deve estar organizada¹. Esta proposta visa abrir o

¹ Neste texto retomamos propostas que temos feito noutros trabalhos, nomeadamente em: Vala e Costa-Lopes, 2014 e em Leyens e Vala (2016).

caminho a novas abordagens e potenciar os conhecimentos adquiridos que ambas as perspectivas têm acumulado e obedece a uma concepção da psicologia social que baseia o seu projeto na articulação de níveis de análise.

Assim, começamos por apresentar um breve panorama da história do estudo das relações intergrupais, apresentamos depois os principais eixos da perspectiva cognitiva, seguimos depois para as análises emergentes sobre os impactos da dimensão ideológica nas relações intergrupais e terminamos com exemplos de articulação entre estas duas perspectivas. No quadro da articulação proposta, fechamos este texto com algumas reflexões que procuram problematizar as três perguntas que referimos acima.

Sumário de um percurso e contexto de uma proposta

A análise das relações intergrupais tem sido desenvolvida desde há um século no quadro de diferentes perspectivas teóricas. Por exemplo, John Duckitt (1992) elaborou uma taxonomia estimulante das teorias que subjazem ao estudo do preconceito racial, taxonomia esta que pode ser alargada ao conjunto das modalidades de relações intergrupais e dos seus contextos históricos. Seguindo a proposta de Duckitt, diríamos que o estudo psicossocial das relações intergrupais se desenvolve sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial pois foi este conflito global que acelerou de forma inequívoca a necessidade de compreender em que condições pode ocorrer o extermínio de um grupo por outro grupo, como se verificou no Holocausto. Ora, os estudos realizados nesse contexto olhavam para as relações intergrupais negativas essencialmente como expressão de uma patologia e as abordagens teóricas e empíricas deste problema salientavam sobretudo fatores de personalidade e diferenças individuais. O estudo mais influente e mais prototípico desta abordagem foi conduzido no âmbito da análise da síndrome de Personalidade Autoritária levada a cabo por Theodor Adorno e os seus colaboradores (1950).

Ainda nos anos 50, o foco passou da personalidade para normas sociais e fatores socioestruturais e socioinstitucionais. Dois trabalhos podem ser mencionados como bons exemplos de trabalhos fundadores desta perspectiva analítica. Primeiramente, os famosos estudos descritos na obra a “Caverna dos Ladrões” conduzidos por Muzafer Sherif (1954) e colegas. Estes estudos demonstraram o papel estrutural das normas sociais, interesses grupais e relações funcionais entre grupos – nomeadamente competição vs. cooperação – na qualidade das relações intergrupais. Um segundo exemplo desta perspectiva, e que emergiu no mesmo período, é a pesquisa de Tom Pettigrew (1959) sobre a relevância de fatores socioinstitucionais para a qualidade das relações intergrupais. Inspirado por Alport (1954), Pettigrew mostrou empiricamente que, apesar da importância de fatores de personalidade poder ocorrer nalguns contextos, as dinâmicas socioculturais e institucionais são cruciais na explicação das diferenças entre atitudes anti-negro no Sul dos EUA vs. no Norte dos EUA e entre os EUA e a África do Sul.

Um novo marco analítico na análise de relações intergrupais ocorreu nos anos 70 do século passado com o desenvolvimento da perspectiva cognitiva em todos os domínios da psicologia social. No seguimento das hipóteses seminais propostas por Allport (1954) sobre o papel da categorização social nas dinâmicas das relações intergrupais, emergiram duas perspectivas analíticas, que posteriormente se desdobraram numa miríade de abordagens cognitivas. Doise (1976) propõe o modelo de diferenciação categorial segundo o qual a diferenciação entre endogrupos e exogrupos gera diferenciações correspondentes ao nível avaliativo, cognitivo e comportamental. Em segundo lugar, na sequência de uma longa série de estudos (e.g. Tajfel & Wilkes, 1963; Tajfel, Billig, Bundy & Flament, 1971), Tajfel e Turner (1979) desenvolveram a Teoria da Identidade Social (TIS ou SIT na sigla em inglês) na qual a comparação social e a categorização social constituem processos cognitivos fundamentais nas relações intergrupais, processos cognitivos estes que são acompanhados por uma motivação – atingir uma identidade social positiva – também ela

fundamental no desenho das relações intergrupais. A TIS continua hoje a informar o debate que existe no campo das relações intergrupais sobre o pressuposto de que a categorização social *per se* (categorização em endogrupo/exogrupo) é condição suficiente para criar enviesamento endogrupal, i. e. para conduzir à glorificação de endogrupos relativamente a exogrupos (para uma revisão crítica ver Park e Judd, 2005).

As contribuições da abordagem cognitiva e sociocognitiva foram fundamentais para o avanço do nosso conhecimento das relações intergrupais e para a procura de vias de construção de relações sociais não conflituais. Mas, como veremos, a sua resposta era incompleta e a partir dos anos oitenta a literatura em psicologia social tem vindo a assistir à emergência de um novo paradigma que aborda as relações intergrupais sob o prisma das crenças coletivas, ideologias e teorias implícitas sobre seres humanos muitas delas objetivadas em normas sociais (e. g. Crandall & Eshelman, 2003; Jost & Banaji, 1994; Katz & Hass, 1988; Leyens, Paladino, Rodriguez-Torres, Vaes, Demoulin, Rodriguez-Perez, A., & Gaunt, 2000; Pereira, Vala e Leyens, 2009; Sidanius & Pratto, 1999). Falamos da emergência de um novo paradigma, mas trata-se, afinal, de reformular a proposta de Adorno (1950) e coautores que nos anos cinquenta souberam colocar as ideologias políticas no centro do etnocentrismo e das relações intergrupais destrutivas. A ferida do seu projeto que se transformou numa septicemia mortal foi ter fundido ideologia e fatores de personalidade. Foram necessárias algumas dezenas de anos para separar estes aspetos e conseguir olhar de outra forma para as bases psicológicas do pensamento ideológico (e. g. Billig, 1982; Jost, Glaser, Kruglanski, & Sulloway, 2006). Contudo, devemos notar que não foi apenas o clima intelectual aberto por Adorno que permitiu o estudo do papel do nível de análise ideológico, das crenças, dos valores e normas coletivas na formatação das relações intergrupais. De fato, na agenda que propôs para o estudo deste fenómeno, Allport (1954) – mais conhecido por ter focado o papel da categorização social nestes processos – incluiu os fatores socioculturais que associou às diferentes expressões do

preconceito racial e termina a sua obra seminal com um capítulo sobre o papel dos valores na dinâmica do preconceito. Para além destes contributos, refira-se que Tajfel (1984) encerra a sua última obra, *On Social Dimension*, com um capítulo sobre relações intergrupais, justiça social e mitos sociais. São estes mitos sociais sobre os grupos humanos que vistos como válidos regulam os comportamentos intergrupais. E Tajfel propõe, então, uma agenda que inclui o estudo da organização cognitiva dos estereótipos, mas também o estudo das suas funções sociais que só pode ser feito, é o nosso entendimento, no quadro dos estudos dos mitos e das ideologias sociais. É no quadro desta proposta que este capítulo se inclui, começando por focar as relações entre categorização social e relações intergrupais, para passar depois às teorias emergentes sobre o papel das crenças coletivas e das ideologias nesse mesmo tipo de relações sociais, para finalmente articular estas duas vias analíticas.

Categorização social e relações intergrupais

Sumner (1906) conduziu uma reflexão pioneira sobre as relações intergrupais, sendo-lhe creditada a introdução de termos como endogrupo e exogrupo e a identificação do etnocentrismo como uma visão do mundo na qual as pessoas usam o endogrupo como referência através da qual aferem o valor das coisas. Sumner foi também o primeiro autor a avançar a ideia de que a afiliação ao endogrupo está associada a um conflito contínuo com o exogrupo.²

Várias décadas mais tarde, estudos de orientação etnográfica (Levine & Campbell, 1972) evidenciaram a existência desta tendência para diferenciar ambientes sociais de acordo com distinções entre endogrupos e exogrupos e para valorizar

² Esta visão foi posteriormente posta em causa por Brewer (1999), que defendeu o “amor endogrupal” e o “ódio exogrupal” como dimensões independentes.

características endogrúpis relativamente a características de exogrúpos relevantes.

No mesmo período, como referido acima, estavam a ser desenvolvidas abordagens teóricas no âmbito da psicologia social das relações intergrupais que integravam o impacto da categorização social na produção do enviesamento em favor do endogrupo. Foi neste contexto que Doise (1976) propôs o modelo de diferenciação categorial. Este modelo é baseado no papel estrutural desempenhado pela categorização social nas relações intergrupais e propõe que a diferenciação categorial entre endogrúpos e exogrúpos gera diferenciações correspondentes nos níveis avaliativo e comportamental. Simultaneamente, embora com mais impacto futuro, estava a ser desenvolvida a Teoria da Identidade Social. Esta teoria expande-se em grande medida a partir dos resultados intrigantes obtidos nos estudos de Tajfel, Billig, Bundy, & Flament (1971). Tajfel e colegas tinham desenvolvido essas pesquisas para determinar as condições mínimas da emergência de enviesamento endogrupal. À data, a visão dominante – derivada dos estudos da “Caverna dos Ladrões” de Sherif e colegas (Sherif, Harvey, White, Hood, & Sherif, 1963) – defendia que o conflito de interesses grupais era uma pré-condição para a emergência de discriminação intergrupar. Ora, Tajfel e colegas (1971) interrogam-se sobre se de fato a competição seria uma condição necessária para a emergência da discriminação. Para isso, desenvolveram o chamado *paradigma de grupos mínimos* (grupos sem evidente valor social como o grupo dos que gostam de Kandinski vs. o grupo dos que gostam de Klee), em que os participantes usam matrizes para atribuir recursos monetários sem interagir com colegas do seu grupo ou do outro grupo e sem beneficiarem de ganho pessoal direto.

Os resultados mostraram claramente que, apesar de existir uma orientação geral para agir de forma justa e igualitária, os participantes revelaram ainda assim uma tendência significativa para atribuir mais recursos a membros do endogrupo do que do

exogrupo. Esta foi a primeira demonstração experimental de que a mera existência de uma distinção entre endogrupo e exogrupo poderia, num dado conjunto de circunstâncias, constituir uma condição mínima para a emergência de enviesamento endogrupal (mas será importante ver Rabbie, Schot & Visser, 1989). Estes resultados foram largamente replicados em vários estudos independentes (para uma revisão, ver Brewer & Brown, 1998).

Como foi assinalado, para explicar estes resultados, Tajfel e Turner (1979) desenvolveram a *Teoria da Identidade Social* (TIS). Numa articulação de dinâmicas estruturais, motivacionais e cognitivas, esta teoria postula que o enviesamento endogrupal provocado pela categorização – mas que é contingente de fatores estruturais tais como o estatuto relativo do grupo, percepções de legitimidade e estabilidade do estatuto e permeabilidade grupar – é também uma resposta motivacional para atingir uma auto-imagem positiva através de comparações sociais favoráveis (ver Vignoles, Chryssochoou, & Breakwell, 2000). Como tal, o enviesamento endogrupal surge para tornar o endogrupo positivamente distinto do exogrupo em aspetos que são relevantes para o endogrupo e por ele valorizados. No entanto, de acordo com esta teoria, o favorecimento do endogrupo é apenas uma de um conjunto de estratégias que um indivíduo pode ativar para obter uma distintividade positiva.

A TIS foi criticada por várias razões, tais como a sua incapacidade em reconhecer que a auto-estima não está consistentemente associada ao enviesamento endogrupal (Hinkle & Brown, 1990), ou de esse enviesamento não acontecer na distribuição de objetos simbólicos ou reais negativos (e. g. atribuição de traços negativos ou distribuição de tarefas aversivas; Mummendey & Otten, 1998), ou ainda em explicar por que razão em muitas circunstâncias os endogrúpos de baixo estatuto mostram favoritismo exogrupal (Sachdev & Bourhis, 1987). Note-se, porém, que alguns destes questionamentos foram contestados como baseados em mal-entendidos sobre a teoria (Turner & Reynolds, 2001) e que, de qualquer forma, esta teoria

influenciou uma parte muito significativa da pesquisa sociopsicológica sobre relações intergrupais.

Após a morte de Henri Tajfel em 1982, Turner e colegas desenvolveram a dimensão cognitiva da TIS o que levou à criação da *Teoria da Auto-Categorização* (TAC; Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell, 1987). Enquanto que a TIS defendia a importância do processo de categorização associado à comparação social e a um princípio motivacional (a procura de uma auto-estima positiva), a TAC focou-se nos determinantes cognitivos da categorização e nos processos cognitivos decorrentes da associação entre o eu e uma dada categoria. Esta mudança e a restrição no foco foi fundamental no esbatimento da dimensão social da teoria original.

Vários outros fenômenos que se baseiam no processo de categorização foram identificados no âmbito da psicologia social e oferecem visões adicionais importantes para o conhecimento das relações intergrupais. Um exemplo importante que combina a SIT e a TAC para abordar tanto dinâmicas intra como intergrupais é o *efeito de ovelha negra* – i. e. quando membros desviantes do endogrupo são julgados mais negativamente que membros comparáveis do exogrupo (Marques & Páez, 1994). Os autores inspiraram-se nos acontecimentos trágicos no Estádio Heysel (Bruxelas) em Maio de 1985 em que adeptos italianos e ingleses se envolveram em confrontos antes do começo de um importante jogo de futebol que resultou na morte de dezenas de pessoas. Num dos estudos que suportou empiricamente a existência deste efeito, os autores pediram aos participantes do estudo que imaginassem que os confrontos teriam sido instigados por belgas e alemães. Os participantes julgaram de forma mais negativa os supostos adeptos belgas do que os supostos alemães envolvidos (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988).

O *efeito de homogeneidade do exogrupo* também oferece uma extensão importante da perspectiva centrada na categorização social. O chamado efeito de homogeneidade do exogrupo consiste na tendência para ver os membros de exogrupos como

mais semelhantes entre si do que os membros do endogrupo, ainda que este efeito seja mais pronunciado para grupos dominantes do que para dominados (e. g. Lorenzi-Cioldi, 1993). É significativo o fato de este efeito se ter revelado como estando associado a percepções intergrupais mais negativas, tais como o fato de grupos mais homogêneos serem vistos como mais ameaçadores (Abelson, Dasgupta, Park, & Banaji, 1998).

Relembramos ainda um outro processo que acentua a relevância da perspectiva cognitiva no estudo das relações intergrupais. Um mecanismo cognitivo que está relacionado com categorização social e associado a percepções intergrupais negativas (nomeadamente os estereótipos) é o fenômeno de *correlações ilusórias*, que refere a percepção da existência de uma relação entre uma categoria social e uma característica dessa categoria, sem que tal relação exista (Hamilton & Sherman, 1989) e estando este fenômeno na origem de muitos estereótipos. É este fenômeno que leva a que associemos relações entre acontecimentos desviantes (menos frequentes) e grupos sociais menos numerosos (como as minorias). Por exemplo, nos EUA e em países europeus, este fenômeno pode estar na origem da associação entre negros (uma minoria) e criminalidade (um comportamento menos frequente).

A pesquisa mencionada acima consolidou a ideia de que a categorização social é um processo fundamental que deve ser considerado na compreensão das atitudes intergrupais, na resolução de conflitos intergrupais ou na promoção de relações intergrupais harmoniosas (ver Park & Judd, 2005, para uma discussão crítica). De fato, a pesquisa em relações intergrupais que se centrou na atenuação de conflito intergrupar – começada nos anos 50 com a hipótese do contacto (Allport, 1954; Pettigrew & Tropp, 2006), focou-se mais, a partir dos anos 80, no desenvolvimento de modelos que se baseiam claramente em reorganizações (reais ou perceptivas) da categorização grupal tal como é ativada habitualmente num dado contexto. Passamos a enunciar brevemente tais modelos pois ilustram bem como a saliência

ou não da categorização ou dos níveis de categorização que são ativados (*básicos* vs. *supra-ordenados*) podem ter consequências na qualidade das relações intergrupais.

Categorização social e modelos de redução do enviesamento endogrupal

Brewer e Miller (1984) desenvolveram o *Modelo da Descategorização*. Este modelo parte da *Hipótese do Contacto* de Allport (1954). A descategorização foca uma das condições definidas por Allport para um contacto intergrupar de sucesso: para que o contacto possa levar a relações intergrupais harmoniosas, a interação não pode ser baseada em pertenças categoriais. De acordo com o modelo da descategorização, se as pessoas não utilizarem as categorias sociais como enquadramento mental no contexto do qual julgam os outros, terão capacidade para reconhecer a especificidade e as características positivas de um outro, neste caso, um membro de um exogrupo. De fato, estas interações “pessoa a pessoa” conduzem à desconfirmção de estereótipos negativos sobre o exogrupo. Wilder (1978) demonstrou empiricamente o impacto positivo desta abordagem ao mostrar que quando se promove a percepção de membros de exogrupos como “unidades” individuais (por exemplo, através da identificação pelo nome), esta individuação reduz enviesamentos endogrupal pois enfraquece a distintividade intergrupar. Ainda que se tenha criticado esta abordagem pelas dificuldades de generalizar esta desconfirmção de estereótipos para os níveis grupar e intergrupar, vários autores mostraram que esta generalização é de fato possível (e. g. Gonzalez & Brown, 2006).

Em 1993, Gaertner, Dovidio e colegas desenvolveram um modelo diferente do precedente para reduzir as atitudes intergrupais negativas: o *Modelo da Identidade Endogrupal Comum* que responde a algumas das dificuldades do Modelo de Brewer

e colegas. De fato, tal como Brewer e Miller (1984), Gaertner e Dovidio também consideraram importante reduzir a saliência das distinções categoriais endogrupo-exogrupo, mas propõem uma estratégia diferente. De acordo com o seu modelo, a redução da saliência das categorizações (de nível *básico*) pode ser alcançada através de uma transformação da representação cognitiva que envolve os dois grupos (recategorização), categorizando-os a um nível *supra-ordenado* (para um programa de pesquisa empírica no quadro desta teoria ver Guerra, Rebelo, Monteiro, Dovidio & Gaertner, 2010). Um problema associado com esta estratégia é o de que procura reduzir o enviesamento através de uma representação da interação que se baseia no esbatimento das fronteiras grupais. Este esbatimento pode constituir uma ameaça à própria identidade, nomeadamente para os grupos de estatuto inferior, tal como foi demonstrado em vários estudos (e. g. Barreto & Ellemers, 2003). Um outro problema com esta estratégia relaciona-se com o fato de a categoria supra-ordenada que resulta desta recategorização criar uma oportunidade para um grupo dominante reafirmar a sua superioridade relativamente a um outro mostrando que possui um grau mais elevado de prototipicalidade em relação à categoria supra-ordenada (Mummendey & Wenzel, 1999).

Note-se, porém, que uma outra perspectiva orientada para a redução do preconceito intergrupar havia já sido introduzida pelo modelo *da Diferenciação Intergrupar Mútua*. Enquanto que os dois modelos anteriores partilham o pressuposto da necessidade de redução de diferenciações categoriais, a estratégia proposta por Hewstone e Brown (1986) no âmbito do Modelo de Diferenciação Intergrupar Mútua oferece uma abordagem diferente. Hewstone e Brown, com base em Deschamps & Brown (1983), sugerem que as interações cooperantes entre dois grupos devem ser promovidas sem diminuir as categorizações endogrupo-exogrupo. De fato, influenciados pela ideia de efeitos (positivos) de uma interdependência de objetivos positiva (cooperação) descrita na Teoria dos Conflitos Realistas, estes

autores sugerem que as relações intergrupais harmoniosas derivam de interações cooperantes em que o endogrupo e o exogrupo desempenham tarefas ou possuem competências e recursos diferentes mas complementares (ver também Deschamps & Brown, 1983).

Mais recentemente, Gaertner e Dovidio (2000) desenvolveram uma versão mais elaborada do *Modelo da Identidade Endogrupal Comum*. Este novo modelo combina os fundamentos centrais desse modelo com o Modelo da Diferenciação Intergrupual Mútua, invocando uma categoria inclusiva ou supra-ordenada que preserva as identidades subgrupais (ou básicas). Estes autores assumem que esta representação dual é possível dado que os indivíduos são capazes de conceber dois grupos (e. g. Portugueses e Brasileiros) como entidades distintas dentro de uma categoria mais inclusiva ou supra-ordenada (e. g. Lusófonos). O fato de nesta estratégia as categorias subgrupais não serem apagadas é o que permite uma maior generalização dos efeitos obtidos por facilitar o reconhecimento posterior dos grupos noutras situações (e. g. van Oudenhoven, Groenewoud, & Hewstone, 1996). Apesar de esta estratégia responder parcialmente a alguns dos problemas identificados na estratégia de recategorização, esta solução de uma identidade dual que é cognitivamente mais complexa está dependente quer do estatuto relativo dos grupos (Gonzalez & Brown, 2006) quer do grau de saliência e de identificação dos indivíduos com cada uma das categorias envolvidas (Guerra et al., 2010).

É no contexto dos problemas deixados em aberto pelas teorias que focam apenas ou sobretudo o papel da categorização social nas relações intergrupais que Park e Judd (2005), baseados nos estudos de Wolsko, Park e Judd (2000, 2006) e no contexto das relações negro-branco nos EUA, propõem a necessidade de uma abordagem ideológica das relações intergrupais. Estes autores partem da oposição entre a ideologia chamada nos EUA *color blindness* vs. a ideologia *color consciousness*

para mostrar que a saliência da categorização pode não conduzir necessariamente a atitudes intergrupais negativas. Lembremos que a ideologia *color blindness* defende que a melhor forma de reduzir o preconceito é tratar os indivíduos igualmente ignorando a sua cor ou potenciais pertenças étnicas, ou seja, através da *descategorização*. Em contraste, a ideologia denominada *color consciousness* (ou *multiculturalismo*) propõe que o preconceito intergrupual será reduzido caso sejam reconhecidas, sublinhadas, respeitadas e positivamente avaliadas as diferenças entre grupos, ou seja, associando um valor positivo às diferentes categorias sociais salientes num dado contexto, bem como à própria existência de diversidade (ver também Berry, Fine, Sam, & Vedder, 2006; Bourhis, Moise, Perreault, & Senecal, 1997). Ora, os estudos de Wolsko e colegas mostraram exatamente que tanto a estratégia de *colorblindness* como de *colorconsciousness* podem reduzir o preconceito. No entanto, apenas a estratégia *colorconsciousness* permite que esta redução de preconceito seja acompanhada de uma percepção real das diferenças intergrupais existentes. Ou seja, a estratégia *colorblindness* procura reduzir o preconceito através da ideia da inexistência de diferenças enquanto que a estratégia *colorconsciousness* procura reduzir o preconceito enquanto ao mesmo tempo reconhece e não procura ignorar a existência de diferenças, o que segundo os autores é uma abordagem muito mais consistente com as sociedades multiculturais existentes atualmente (para uma revisão muito completa dos modelos apresentados, ver Monteiro, 2013).

Levando mais longe estes resultados e os questionamentos subjacentes, Costa-Lopes, Pereira e Judd (2014) realizaram uma pesquisa em que analisaram experimentalmente a relação entre a saliência da categorização e os enviesamentos intergrupais. Esta pesquisa, que desenvolveremos adiante, mostrou que a saliência da categorização apenas leva a enviesamentos endogrupalis quando a ideologia multiculturalista não está saliente. Este trabalho constitui, pois, um exemplo da necessidade de

considerarmos a dimensão ideológica, neste caso o multiculturalismo, e de articularmos com questões cognitivas, neste caso a saliência ou não de categorias sociais, para melhor compreendermos as atitudes e os comportamentos intergrupais. Vejamos então agora como, através de caminhos diferenciados, se têm vindo a consolidar diferentes abordagens ideológicas das relações intergrupais.

Crenças coletivas fundamentais, ideologias e relações intergrupais

Propomos que o papel da categorização social nas relações intergrupais deve ser articulado não só com o afeto, as emoções e as motivações, o que tem sido feito (Mackie, Devos & Smith, 2000), mas também com crenças fundamentais e ideologias que regulam a vida social (e. g. Billig, 1982; Reicher, 1996), perspectiva ainda emergente. No entanto, e como referimos, o papel dos fatores ideológicos neste campo da vida social, foi já proposto por Henri Tajfel (1984) que associou a sua teoria de identidade social à mudança social e a percepções de justiça e legitimidade. Foi neste contexto que Tajfel recomendou o estudo do poder dos mitos sociais e das concepções sobre justiça social na organização das relações intergrupais. Estas recomendações, porém, não têm dado origem a linhas de pesquisa no quadro do *mainstream* da psicologia social, embora sejam já várias as abordagens teóricas que seguem tais recomendações.

Assim nesta seção, começaremos por apresentar algumas das teorias principais sobre legitimação das desigualdades sociais e qualidade das relações intergrupais, e posteriormente focaremos teorias que ligam as ideologias sobre a justiça às relações intergrupais. Finalmente, abordaremos algumas teorias implícitas sobre a natureza humana e o seu impacto nas relações intergrupais.

Relações intergrupais e legitimidade das desigualdades sociais

A importância dos processos de legitimação foi introduzida inicialmente por Turner e Brown (1978), no quadro de um conjunto de pesquisas que viriam a fazer parte do patrimônio da futura Teoria da Identidade Social. Estes autores manipularam o estatuto do grupo (elevado vs. baixo) e a sua estabilidade (estável vs. instável) e legitimidade (legítimo vs. ilegítimo) percebidas. Os resultados mostraram que a percepção do estatuto do grupo como legítimo fez com que o grupo de estatuto elevado favorecesse o endogrupo e o grupo de baixo estatuto favorecesse o exogrupo. Além disso, na condição em que o estatuto do grupo foi visto como instável e ilegítimo, os membros do grupo de elevado estatuto diminuíram o nível de favoritismo intragrupal e o grupo de baixo estatuto revelou favoritismo endogrupal (ver também Sachdev & Bourhis, 1991). Estes resultados chamam a atenção para a legitimação como uma das preocupações fundamentais nas sociedades democráticas e especificamente nas relações intergrupais. Duas teorias, a Teoria da Dominância Social (Sidanius & Pratto, 1999) e a Teoria da Justificação do Sistema (Jost & Banaji, 1994), têm contribuído para a compreensão dos mecanismos subjacentes à legitimação (para uma revisão ver Costa-Lopes, Dovidio, Pereira & Jost, 2013).

Sidanius e Pratto (1999) propuseram que as sociedades evoluíram como “hierarquias sociais baseadas no grupo” e que estas hierarquias sociais são servidas por mitos sociais legitimadores. O grau de apoio dado às hierarquias sociais baseadas no grupo corresponde nesta teoria ao grau de orientação para a dominância social (em inglês SDO), e quanto maior esta orientação, maior o grau de apoio às desigualdades sociais e à discriminação contra os grupos socialmente dominados. Alguns destes mitos são mitos que reforçam as hierarquias sociais (“*hierarchy-enhancing myths*”), outros enfraquecem (“*hierarchy-attenuating myths*”) a legitimidade dessas mesmas hierarquias.

De acordo com esta teoria, a meritocracia é um exemplo de um mito que reforça a hierarquia social, que reproduz uma ilusão de justiça e que serve e mantém o *status quo*. De fato, Katz e Hass (1988), utilizando medidas não obstrutivas, haviam já demonstrado que a saliência dos valores igualitários diminui o preconceito enquanto que a saliência da meritocracia aumenta-o. Contudo, tal como Hing e colaboradores demonstraram (Hing, Bobocel, Zanna, Garcia, Gee, & Oraziotti, 2011), é importante fazer uma distinção crítica da meritocracia enquanto norma descritiva vs. prescritiva (ver também Major, Kaiser, O'Brien, & McCoy, 2007). Os princípios meritocráticos podem funcionar como um fator “*hierarchy-enhancing*” apenas entre aqueles que acreditam que a meritocracia reflete as atuais distribuições de recursos na sociedade, isto é quando a meritocracia é uma crença descritiva.

A justificação das relações intergrupais de poder e das desigualdades de estatuto foram também estudadas dentro da abordagem ideológica pela *Teoria da Justificação do Sistema* (e. g. Jost & Hunyady, 2002). O objetivo desta teoria é analisar as condições que facilitam o fato de a maioria dos indivíduos se adaptarem, defenderem e justificarem o *status quo* e tolerarem a injustiça social e as desigualdades intergrupais. Esta teoria propõe que, através do processo de socialização, os indivíduos aprendem um motivo para justificar o *status quo*, mesmo quando este perpetua a sua própria posição de baixo estatuto. As pessoas envolver-se-iam na justificação do sistema porque isso funcionaria como “um paliativo no sentido em que reduz a ansiedade, a culpa, a dissonância, o desconforto, e a incerteza para aqueles que estão numa posição privilegiada ou não privilegiada”³ (p. 111). Neste contexto, a teoria oferece uma explicação ideológica tanto para o favoritismo exogrupal, que é frequentemente encontrado em investigação experimental e correlacional sobre grupos dominados ou de baixo estatuto, como para o favoritismo endogrupal expresso por grupos de elevado estatuto,

3 No original em inglês: “*Palliative function in that it reduces anxiety, guilt, dissonance, discomfort, and uncertainty for those who are advantaged and disadvantaged*”.

revelando, assim, que tais posições indicam apoio ao sistema social estabelecido. Inspirada na Teoria da Dissonância Cognitiva, esta teoria avançou a hipótese segundo a qual os membros de grupos desfavorecidos mostrarão mais apoio ao *status quo* do que os membros dos grupos favorecidos porque os primeiros têm uma forte necessidade de reduzir a dissonância decorrente da sua situação através da justificação do sistema. Contudo, a robustez desta hipótese não tem sido suficientemente demonstrada (ver Brandt, 2014). Em qualquer caso, esta orientação para a legitimação do *status quo* é apenas uma parte da história e a questão sobre os motivos que levam os indivíduos e grupos a envolverem-se na mudança social continua a ser relevante. Interesses competitivos (Sherif, 1954), necessidades sociais (Tajfel & Turner, 1979) e injustiça percebida (Tajfel, 1984) constituem fatores que desencadeiam ação coletiva e promovem a mudança social.

Relações intergrupais e motivação para a justiça

Nas sociedades democráticas, a legitimação é um processo multidimensional e as teorias de privação relativa oferecem um quadro teórico explicativo sobre as origens da (i)legitimidade do estatuto grupal e as condições que propiciam o antagonismo intergrupar, como por exemplo, o sentimento de injustiça gerado pela percepção de privação relativa. Neste sentido, Walker e Pettigrew (1984) procederam à revisão do conceito de privação relativa posicionando-o no contexto das relações intergrupais e relacionando-o com a identidade social (ver também Mummendey & Wenzel, 1999, 2008; Kawakami & Dion, 1995). Alguns estudos correlacionais demonstraram que os sentimentos de ilegitimidade, atitudes intergrupais negativas, e uma predisposição para o envolvimento em ações sociais são gerados pela privação fraterna decorrentes de comparações intergrupais, mas não pela privação egoísta ou individual decorrentes de comparações interpessoais (e. g. Vala, Lima e Monteiro, 1987; Taylor, 2002). De realçar ainda

que algumas abordagens teóricas sobre as percepções de justiça argumentam que os julgamentos de justiça e de privação relativa baseiam-se não só na avaliação de (des)favorabilidade dos resultados, mas também sobre a percepção do (des)respeito por procedimentos justos (Tyler e Lind, 2002).

Pode o sentimento de gratificação relativa ter consequências para as relações intergrupais? Se o sentimento de privação intergrupala pode gerar julgamentos de ilegitimidade, então o sentimento de gratificação intergrupala pode produzir sentimentos de legitimidade em relação à desigualdade de estatuto entre grupos. Guimond e Dambrun (2002) testaram esta hipótese experimentalmente demonstrando que, na condição de gratificação relativa, os indivíduos tendem a estereotipar mais e a avaliar de forma mais negativa as minorias, como por exemplo, os imigrantes. Uma possível explicação para este resultado sugere que a gratificação relativa facilita o aparecimento de motivações que justifiquem as diferenças de estatuto entre grupos e as desigualdades sociais. Por isso, os indivíduos na condição de gratificação relativa expressam mais estereótipos e avaliações mais negativas em relação a grupos minoritários desfavorecidos. A proposta de Guimond e Dambrun (2002) sobre as consequências de gratificação grupal é inspirado pelas Teorias da Dominância Social e da Justificação do Sistema, descritas acima.

Mais profundos do que os efeitos do sentimento de privação relativa nas relações intergrupais poderão ser os efeitos da mera procura de um mundo justo. De acordo com a Teoria sobre a Crença num Mundo Justo proposta por Lerner (1980), as pessoas acreditam que o mundo é justo, no sentido em que acreditam que cada um tem aquilo que merece e merece aquilo que tem. Neste sentido, a injustiça, e em particular o sofrimento de vítimas inocentes, constitui uma ameaça a essa crença fundamental num mundo justo, levando os indivíduos a envolver-se em diferentes estratégias para restabelecer essa crença. Uma das estratégias mais comuns é a desvalorização do sofrimento das vítimas ou, implicitamente, a consideração de que as vítimas merecem o sofrimento que lhes ocorre.

Esta teoria, inicialmente desenvolvida para compreender o fenômeno relacionado com a percepção de justiça ao nível individual ou interpessoal foi posteriormente estendida ao nível intergrupala por Correia, Vala e Aguiar (2007). Como se descreve adiante, estes autores mostraram que apenas as vítimas inocentes do nosso mundo (dos nossos endogrupos) ameaçam a nossa crença num mundo justo. Citando Tajfel (1984, p. 698):

Um indivíduo não tem necessidade de construir justificações de iniquidade ou injustiça quando atos opressivos, exploradores, cruéis, injustos ou genericamente desumanos foram cometidos contra grupos cujos membros são social ou culturalmente caracterizados como estando para lá do limiar até ao qual se aplicam certos princípios de conduta interpessoal (sejam estes quais forem).⁴

O conceito de escopo de justiça (Deutsch, 1985; Opatow, 1990; Staub, 1990; Lima-Nunes, Pereira, Correia, 2013) é particularmente importante neste contexto. Este conceito refere-se à existência (na mente das pessoas) de uma fronteira para a aplicação dos princípios de justiça. Em consequência, aqueles grupos que estão para lá dessa fronteira não são percebidos como fazendo parte da nossa comunidade moral.

Relações intergrupais e teorias implícitas sobre a natureza dos seres humanos

Nas interações sociais quotidianas, os indivíduos criam e aprendem crenças coletivas, teorias implícitas ou representações sociais (Dweck, 1999; Moscovici, 1984) relacionadas não

4 No original, em inglês: "An individual has no need to construct his own justifications of inequity or injustice, so long as acts which are oppressive, exploiting, cruel, unjust or generally 'inhuman' are committed against certain groups whose members are socially or culturally characterized as being beyond the range within which apply certain principles (whatever they may be) of interpersonal conduct".

só com os objetos sociais que são importantes para a sua sobrevivência e para a sobrevivência dos grupos a que pertencem, mas também sobre a natureza daquilo que é tipicamente humano (Leyens et al., 2000) ou central para a percepção de indivíduos e grupos (Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002). Estas teorias implícitas sobre a natureza humana têm consequências importantes para as relações intergrupais.

De fato, enquanto várias teorias têm abordado o processo pelo qual os membros do exogrupo são desumanizados em casos extremos de conflito social ou interpessoal (e. g. Bandura, 1999; Staub, 1990), a teoria da infra-humanização proposta por Leyens e colegas (Leyens et al., 2001) abordou uma das formas mais comuns e persistentes de negação de humanidade plena a membros de exogrupos. Este processo, com profundas implicações para as relações intergrupais, pode ser designado por “infra-humanização banal”. Leyens e colegas descobriram que as pessoas distinguem implicitamente emoções primárias (por exemplo, raiva, alegria e medo) de emoções secundárias (por exemplo, esperança, arrependimento e entusiasmo) e que estas últimas são aprendidas mais tarde como uma dimensão essencial daquilo que constitui o ser humano. Na sequência dessa distinção, Leyens e colegas (ver Vaes, Leyens, Paladino & Miranda, 2012 para uma revisão) verificaram que, em primeiro lugar, os indivíduos tendem mais facilmente a descrever membros do endogrupo em termos de emoções secundárias do que membros do exogrupo; em segundo lugar, que membros do endogrupo são considerados mais capazes de expressar emoções secundárias do que membros do exogrupo; e, em terceiro lugar, que as emoções secundárias, mas não as emoções primárias, são mais facilmente associadas ao endogrupo do que ao exogrupo. Adicionalmente, enquanto que membros do endogrupo que expressam emoções secundárias são vistos como mais humanos, o mesmo não acontece quando as pessoas que expressam emoções secundárias pertencem ao exogrupo.

A investigação neste domínio identificou vários moderadores da infra-humanização do exogrupo, que cobrem amplamente

os processos básicos relacionados com categorização, com padrões de relação intergrupar e com as ideologias partilhadas pelos membros do endogrupo. Especificamente, demonstrou-se que quanto mais os indivíduos percebem o endogrupo e exogrupo como grupos que partilham uma categoria supra-ordenada (Gartner & Dovidio, 2000), maior é a atribuição de emoções secundárias aos exogrupos (Gaunt, 2009). Além disso, a percepção do exogrupo enquanto ameaça aumenta a sua infra-humanização e quanto menos humano o exogrupo é percebido, maior a ameaça simbólica que representa para o endogrupo. Esta percepção de ameaça é, então, utilizada para legitimar a discriminação contra o exogrupo (Pereira, Vala & Leyens, 2009). Foi ainda verificado que a orientação para a dominância social está associada à infra-humanização do exogrupo (Esses, Jackson, Dovidio & Hodson, 2005) e que o nacionalismo (mas não o patriotismo) está também associado à infra-humanização do exogrupo (Viki & Calitri, 2008).

Como acabamos de descrever, as nossas teorias quotidianas ou crenças coletivas sobre a essência da natureza humana são fundamentais para compreender a discriminação e as atitudes intergrupais negativas. Para além dessas crenças, também as crenças que organizam as percepções de indivíduos e grupos são centrais na análise das relações intergrupais. Tais crenças constituem a base do conteúdo dos estereótipos e foram analisadas no Modelo do Conteúdo Estrutural dos Estereótipos desenvolvido por Fiske e colegas (2002; ver também Fiske, 2011). Este modelo acentua a importância do conteúdo dos estereótipos nas relações intergrupais e liga de forma consistente as dimensões de conteúdo fundamentais a partir das quais os julgamentos e impressões sociais são formados ao estatuto dos grupos, a padrões de relações intergrupais e a emoções. No seguimento da visão de Asch (1946), a teoria assume que a formação de impressões sobre categorias sociais, ou estereótipos, é baseada em duas dimensões fundamentais: sociabilidade (honesto, amigável, caloroso, de confiança) e competência (competente, capaz, talentoso). De fato, estas duas dimensões

explicam 80 por cento da variância da formação de impressões a nível individual (Wojciszke, 2005). O modelo coloca ainda a hipótese de que estas duas dimensões podem diferenciar grupos sociais em quatro quadrantes socialmente significativos. O quadrante de alta sociabilidade/alta competência descreve tipicamente endogrupos, enquanto que os restantes quadrantes descrevem exogrupos. Além disso, vários estudos mostraram já que a percepção de competição entre um endogrupo e um dado exogrupo leva a uma redução da percepção de sociabilidade do exogrupo e que a percepção de um alto estatuto de um exogrupo aumenta a percepção de competência desse exogrupo.

Quanto às consequências de colocar grupos em cada um dos quadrantes referidos, a pesquisa revelou que esses posicionamentos têm impacto tanto ao nível emocional como comportamental. Grupos de alta sociabilidade/alta competência, tais como os endogrupos, levam a um sentimento de orgulho enquanto que grupos de baixa sociabilidade/baixa competência suscitam nojo. Grupos ambivalentes (alta sociabilidade/baixa competência e baixa sociabilidade/alta competência) induzem emoções mistas, respectivamente pena e inveja. Ao nível comportamental, endogrupos e grupos que induzem pena facilitam o comportamento de ajuda, mas grupos de baixa sociabilidade induzem um comportamento antagonista. A este nível, uma pesquisa muito significativa conduzida por Harris e Fiske (2009) utilizou procedimentos fMRI (i. e. ressonância magnética funcional) para comparar a atividade do córtex pré-frontal (a região do cérebro habitualmente envolvida na percepção de pessoas) quando se fazem julgamentos sobre diferentes tipos de grupos. Os resultados dessa pesquisa mostraram que, tal como previsto, esta região do cérebro está ativada na percepção de todos os grupos exceto quando os grupos sobre os quais se solicita julgamentos são grupos que segundo o modelo pertencem ao quadrante de baixa sociabilidade/baixa competência (e. g. drogados, sem abrigo etc.).

Articulações entre categorização social e dimensões ideológicas: exemplos de pesquisa

Neste ponto retomamos a nossa proposta de articulação entre o processo de categorização social e as dimensões ideológicas das relações intergrupais adotando um ponto de vista empírico. Neste sentido, para ilustrar a articulação entre categorização e ideologias sobre as relações interétnicas retomamos com detalhe o estudo de Costa-Lopes, Pereira e Judd (2014) com que finalizamos a primeira seção deste texto; para articular a categorização e os valores da meritocracia e do igualitarismo no domínio da formação de impressões, especificamente no que se refere ao enviesamento do tempo, descrevemos um conjunto de estudos desenvolvidos por Pereira e Vala (2014) e por Lima Machado, Ávila, Lima e Vala (2005); finalmente, para mostrar a articulação entre a categorização social e a crença num mundo justo, apresentamos, igualmente com algum detalhe, as pesquisas de Correia et al. (2007) e de Aguiar et al. (2008).

O trabalho de Costa-Lopes e colegas procurava contribuir para o entendimento da relação entre (saliência da) categorização e enviesamento endogrupal. Inspirado pelos trabalhos de Wolsko e colegas (2000, 2006) e pelas ideias de Park e Judd (2005), estes autores testaram a ideia de que esta relação poderia depender da acessibilidade cognitiva da ideologia multiculturalista (para uma revisão dos efeitos da ideologia multiculturalista nas relações intergrupais ver Guimond, de la Sablonnière, & Nugier, 2014). Portanto, seria pela articulação entre categorização e esta ideologia específica sobre relações interétnicas que se compreenderiam melhor os determinantes do enviesamento endogrupal nas relações entre autóctones e grupos imigrantes. Neste sentido, os autores avançaram a hipótese de que a acessibilidade de uma ideologia multiculturalista e a sua visão positiva sobre a existência de diferenças poderiam ter um efeito atenuador do potencial impacto negativo da saliência da categorização. Este efeito ocorreria porque tal ideologia não disputa a ideia de existência de diferenças

que é reforçada numa condição de saliência da categorização e, em vez disso, invoca tais diferenças para fundamentar o valor de cada grupo numa sociedade. De fato, trata-se de certa forma de veicular ideias presentes no Modelo da Diferenciação Intergupal Mútua descrito acima (Hewstone & Brown, 1986).

Para testar estas ideias, os autores desenvolveram um estudo onde se manipulou a saliência da categorização entre endogrupo e vários exogrupos (neste caso: Portugueses brancos vs. Africanos negros vs. Brasileiros vs. Imigrantes do Leste Europeu) e também a saliência da ideologia de Multiculturalismo. Finalmente, era pedido aos participantes que indicassem as suas atitudes face a Portugueses brancos e a Africanos negros por constituírem os dois grupos-alvo de interesse nesta pesquisa. Todas as manipulações e medidas foram incluídas num questionário respondido por todos os participantes (apenas Portugueses). As quatro versões do questionário manipularam as diferentes condições experimentais do estudo. Para manipular a saliência da categorização, metade dos participantes participava numa suposta tarefa de organização/categorização de diferentes sobrenomes representando diferentes nacionalidades utilizando exatamente a nacionalidade/origem geográfica como critério. A outra metade não fazia tal tarefa de categorização. Para manipular a saliência da ideologia multiculturalista, os participantes liam um pequeno ensaio que se dizia refletir a opinião consensual de sociólogos, psicólogos, economistas e politólogos onde se dizia que a melhor forma de garantir a harmonia nas relações entre grupos seria através de abordagens que reconhecem a riqueza e promovem a diversidade de grupos sociais numa sociedade. Após estas manipulações, os participantes responderam a perguntas sobre atitudes intergrupais a partir das quais se construiu uma medida de enviesamento endogrupal. Os resultados mostram que quando a ideologia multiculturalista não era ativada, a saliência da categorização era suficiente para causar enviesamentos endogrupais. Quando a ideologia de

multiculturalismo estava saliente, a saliência da categorização não estava associada a maiores enviesamentos endogrupais.

Foquemo-nos agora em investigação empírica que analisa a articulação entre categorização social e os valores do igualitarismo e da meritocracia. Como referimos anteriormente, Katz & Hass (1988) examinaram a relação entre valores e preconceito racial. A pesquisa destes autores centrou-se em dois tipos de valores objetivos em normas sociais: o igualitarismo e a meritocracia. De acordo com as hipóteses dos autores, a saliência contextual do igualitarismo reduziu o preconceito racial enquanto que a saliência da meritocracia incrementou o mesmo tipo de preconceito, resultado que pode ser lido no quadro da proposta de Sidanius e Pratto (1999) sobre o papel dos mitos legitimadores das hierarquias sociais como a meritocracia, e os mitos atenuadores dessas hierarquias como o igualitarismo. Tendo presentes os resultados de Katz e Hass, Pereira e Vala (2014) realizaram dois estudos que articularam o enviesamento intergrupalo do tempo e a saliência das normas da meritocracia e o do igualitarismo. Estes estudos integram-se numa linha de pesquisa sobre o enviesamento intergrupalo do tempo. Atendamos aos procedimentos de tais estudos e o fenómeno que esses procedimentos permitem destacar (ver Vala, Lima, Marcus e Leyens, 2012).

Os participantes são convidados a colaborar numa tarefa de formação de impressões (atribuição de traços) a pessoas cujas fotografias aparecem num ecrã de computador. Ora este procedimento ativa um processo de categorização pois os rostos que aparecem no ecrã do computador são aleatoriamente de negros ou de brancos. A saliência da chamada categorização racial é assim reforçada. Os resultados dos estudos realizados mostram consistentemente que o tempo investido por pessoas brancas para formar impressões sobre pessoas brancas e negras é maior quando se trata de pessoas brancas. Ou seja, a ativação das diferenças de cor produz um enviesamento em favor do grupo dos participantes, o grupo das pessoas brancas. O tempo é um recurso importante e mais tempo investido na formação de uma impressão significa

mais interesse e atenção pelas pessoas que estão a ser objeto de uma decisão (atribuir ou não um dado traço). Faz, pois, sentido que, no quadro da hierarquia branco vs. negro (ver a teoria da dominação social) e do benefício do endogrupo (ver a teoria da identidade social), as pessoas brancas discriminem as pessoas negras conferindo-lhes menos atenção e interesse (enviesamento intergrupar do tempo). Estes resultados são tanto mais significativos quanto na atribuição de traços, uma tarefa que controlam, os brancos beneficiam o exogrupo (mais traços positivos para brancos do que para negros) respeitando de forma extrema a norma geral do anti-racismo, enquanto que no que respeita ao tempo investido, um aspeto que não controlam, trata-se de uma medida implícita ou não obstrutiva, beneficiam o endogrupo.

Foi usando este procedimento que Pereira e Vala (2014) analisaram o impacto do igualitarismo e da meritocracia no “enviesamento intergrupar do tempo”. Segundo estes autores, este enviesamento associado à categorização social poderá ser moderado pela ativação contextual do igualitarismo e da meritocracia. Para testar esta hipótese, os participantes, previamente à realização da formação de impressões, realizavam uma tarefa que permitia ativar o igualitarismo numa condição experimental e noutra condição experimental a meritocracia. Seguidamente, os participantes colaboravam na tarefa de formação de impressões descrita acima. Os resultados obtidos na condição em que a meritocracia estava ativada não se diferenciaram dos da condição de controlo, o que poderá indicar que nas nossas sociedades a meritocracia está ativada mais frequentemente, quase como “por defeito”. Porém, na condição em que estava ativado o igualitarismo, o enviesamento endogrupal do tempo investido na formação de impressões de brancos deixou de se verificar. Por outras palavras, a discriminação das pessoas negras não ocorre quando o igualitarismo está saliente. Ou seja, se a ativação da categorização branco/negro desencadeia o favorecimento dos brancos relativamente aos negros, este efeito é reduzido ou pode mesmo desaparecer quando o igualitarismo está ativo.

Referimos anteriormente que a norma meritocrática poderia revestir um caráter descritivo (i. e. “é assim que o mundo funciona”) ou um caráter prescritivo (i. e. “é assim que o mundo deve funcionar”) e que apenas a saliência da sua dimensão descritiva ativa o preconceito. Ora, o igualitarismo também pode revestir diferentes significados e o impacto no preconceito difere em função do significado que é ativado. Foi esta a conclusão de um estudo de Lima, Machado, Ávila, Lima e Vala (2005). O preconceito racial implícito medido através do IAT (Greenwald, McGhee & Schwartz, 1998) sofreu uma redução (relativamente a uma condição controlo) quando previamente havia sido ativado o igualitarismo na sua dimensão de solidariedade social, mas não quando se havia ativado o igualitarismo formal, no sentido de igualdade constitucional de direitos e deveres iguais para todos (o que é um truísmo sem qualquer impacto efetivo na reflexão sobre o status quo).

Uma outra ilustração de articulação psicossocial com impacto na compreensão da dinâmica intergrupar foi proposta por Correia, Vala e Aguiar (2007). No quadro de análise das consequências da crença num mundo justo (Lerner, 1980), estes autores mostraram que uma vítima inocente ameaçava mais a crença num mundo justo e era objeto de vitimização secundária com maior probabilidade do que uma vítima não inocente. Perguntaram-se depois se isso aconteceria de igual forma quando a vítima era objeto de categorização endogrupo vs. exogrupo. Será que o impacto social da crença num mundo justo é moderado pelo processo de categorização social? Para analisar esta questão, os participantes nos estudos de Correia et al. (2007) eram confrontados com um filme de cinco minutos no qual se mostrava uma criança em situação de grande sofrimento. Como fizeram em estudos precedentes, também neste manipularam a inocência da vítima (a criança era apresentada como inocente vs. não inocente). Para além disso, manipularam também a categoria de pertença da criança: para metade dos participantes a criança era apresentada como fazendo parte de uma família comum portuguesa (endogrupo), sendo para a restante metade apresentada como membro

de uma categoria exogrupal (uma família cigana). Depois de verem o filme em que era mostrada a criança em situação de grande sofrimento, os participantes eram convidados a participar numa tarefa de percepção de cores. Esta tarefa era, de fato, uma versão modificada do teste emocional de Stroop (ver Hafer, 2000), através da qual era medida o grau de ameaça à crença num mundo justo. Nesta tarefa os participantes eram convidados a identificar a cor de uma série de asteriscos que apareciam no ecrã do computador. A apresentação dos asteriscos era precedida pela projeção subliminar de uma palavra relacionada com justiça (e.g. merecimento) ou neutra (e.g. madeira). Era esperado que as palavras relacionadas com justiça interferissem mais na tarefa (maiores latências na identificação da cor dos asteriscos) na condição em que a vítima era apresentada como inocente e membro do endogrupo. Os resultados obtidos apoiaram esta hipótese indicando, na nossa interpretação, que o sentimento de ameaça à crença de um mundo justo ocorre apenas com vítimas inocentes do endogrupo, ou, por outras palavras, que as vítimas ainda que inocentes de exogrupos não interferem no sentimento de justiça pois estarão fora do quadro em que a moral e a justiça são esperadas ocorrerem. Estes resultados foram replicados em estudos posteriores que além disso mostraram que uma vítima inocente do endogrupo é objeto de maior vitimização secundária (Aguiar, Vala, Correia, & Pereira, 2008).

Aguiar et al. (2008) basearam os seus estudos nas pesquisas que acabamos de apresentar. Um dos seus estudos analisou o grau de discriminação da vítima, uma forma de vitimização secundária. Como nos estudos anteriores os participantes foram confrontados com um filme sobre uma criança categorizada com membro do endogrupo ou do exogrupo. Contudo, nesta nova investigação os autores não só manipularam a categorização da criança mas também a sua situação: vítima vs. não vítima. A derrogação da criança foi avaliada através de uma medida implícita, a que chamamos enviesamento intergrupar do tempo (ITB na sigla em inglês) (Vala, Lima, Pereira, & Leyens, 2012), medida que já

apresentamos acima. Nesta medida, quanto maior o tempo para fazer um julgamento sobre um alvo, maior o valor que atribuímos a esse alvo. No estudo de Aguiar et al. (2008), os participantes formavam uma impressão sobre quatro alvos (correspondendo a diferentes condições experimentais): criança do endogrupo vs. do exogrupo, criança vítima vs. não vítima. Como esperado, a criança vítima e membro do endogrupo foi mais discriminada (menos tempo investido para formar uma impressão sobre esta criança) do que a criança não vítima do endogrupo. De acordo com a interpretação apresentada acima, isto ocorre porque a criança vítima que pertence a um endogrupo ameaça a crença num mundo justo. Além disso, os resultados também mostraram que os participantes investiram o mesmo tempo nas crianças vítimas e não vítimas do exogrupo, pois os membros de exogrupo não ameaçam a crença num mundo justo, ainda que sejam vítimas inocentes. Em resumo, o conjunto de estudos apresentados mostra que o sofrimento de membros endogrupal, mas não o de pessoas de exogrupos que depreciamos, afeta as nossas preocupações com a justiça, ou seja, mostra-se que necessitamos de articular crenças sobre a justiça e pertencas grupais para entender as relações intergrupais (e.g. Lima-Nunes et al., 2013).

Os estudos escolhidos para ilustrar a articulação psicossociológica entre categorização e ideologias inscrevem-se em linhas de pesquisas não paradigmáticas, mas ainda assim com expressão crescente.

Conclusões

Ao longo da sua história a psicologia social desenvolveu um largo número de pesquisas sobre as relações intergrupais assente em diferentes conceitos, perspectivas e teorias. Algumas dessas pesquisas seguem a proposta de Doise (1980) para um desenvolvimento da psicologia social em torno da ideia de articulação de níveis de análise. Porém, não são muitas as pesquisas que explicitam

esse propósito e são ainda em menor número aquelas que destacam o papel dos fatores ideológicos na construção das relações intergrupais e sobretudo que articulam tais fatores com processos de natureza intra-individual. Este capítulo propôs-se não só chamar a atenção para os fatores ideológicos como eixos de análise fundamentais para a compreensão das relações intergrupais, mas sobretudo procurou mostrar como é possível articular esse nível de análise com o nível intra-individual, especificamente no que se refere a um processo cognitivo básico: a categorização.

Se nos perguntarmos por que razão o nosso comportamento individual e coletivo é largamente determinado pela nossa pertença e identificação com grupos sociais, encontramos na categorização das pessoas em grupos uma explicação fundamental. O conhecimento de um objeto não é possível sem a sua categorização e, como tal, conhecer e interagir com alguém não é possível sem que categorizemos esse alguém, nomeadamente como membro de um ou vários grupos sociais. Categorizar é uma resposta adaptativa ao meio, mas é também, como tem sido mostrado, uma fonte de erros, simplificando, de exclusão ou de inclusão. Ora, é o valor dos objetos (bom, mau, com valor no mercado, sem valor no mercado) que gere a direção e a intensidade desses erros no mundo dos objetos físicos mas sobretudo dos objetos sociais, como os grupos a que pertencemos e a que não pertencemos. Tajfel (1972) desde cedo chamou a atenção para esta associação essencial entre categorização e valor: “quanto mais fortes as diferenças de valor entre categorias sociais, mais os critérios de seleção tenderão à inclusão na categoria valorizada negativamente e à exclusão da categoria valorizada positivamente” (p. 284). Ora, o valor de uma categoria é função de um sistema de crenças ideológicas que envolvem aspetos descritivos e prescritivos. É a partir daqui que fundamentamos a necessidade de desenvolver a articulação entre categorização e ideologias para explicar os fundamentos grupais e intergrupais do nosso comportamento.

Mais complexo é o contributo que pode advir desta mesma articulação para o porquê de as relações intergrupais serem

tão marcadas por atitudes negativas e conflitos. Se a associação entre categorização e valor facilmente leva à glorificação dos grupos a que pertencemos, essa mesma associação não tem de levar ao ódio relativamente a grupos a que não pertencemos (Brewer, 1999). É verdade que a procura de uma distintividade positiva para os endogrupos constitui um “terreno fértil” para construir a derrogação de exogrupos nomeadamente porque pode gerar sentimentos de ameaça, desconfiança ou percepções de incompatibilidade de objetivos. Mas o terreno fértil não produz semente de qualidade. Ora a semente de qualidade, capaz de se multiplicar não é mais do que os mitos (des)legitimadores das hierarquias sociais na linguagem de Sidanius e Pratto (1999), os mitos de legitimação do sistema social (Jost & Hunyady, 2002) ou da justiça e injustiça (Tajfel, 1984). A história da relevância dos grupos na organização dos comportamentos individuais e coletivos pode começar no processo de categorização, mas a história das consequências da categorização está nas ideologias e nos mitos que as sociedades criam para a sua sobrevivência que são também os mitos que levam à sua destruição.

Como podem os aspetos negativos das relações intergrupais ser atenuados e as relações intergrupais melhoradas? De novo a resposta parece começar no processo de categorização. É pelo menos a partir deste processo que a psicologia social tem procurado respostas para essa pergunta: descategorização, acentuação de categorizações múltiplas, recategorização supra-ordenada, um misto de categorização supra-ordenada e básica são as principais estratégias estudadas. Mas a pesquisa tem mostrado que estas diferentes estratégias, aparentemente, apenas de natureza cognitiva são afinal inspiradas e expressões de ideologias, entre as quais as mais ativas no campo do combate político e da procura de bem-estar por parte dos grupos dominados são a assimilação e o multiculturalismo, a primeira que alimenta a descategorização e a segunda que alimenta a acentuação positivamente valorizada das categorizações múltiplas.

Notas biográficas dos Autores

Adriano Roberto Afonso do Nascimento

Possui mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2000 e 2004). É Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e professor-orientador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/FAFICH/UFMG.

Ana Raquel Rosas Torres

Graduada em psicologia (1988) e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (1992). Doutora em psicologia pela University of Kent at Canterbury (Grã-Bretanha, 1996). Atualmente é professora na Universidade Federal da Paraíba.

André Faro

Doutor em psicologia social pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto do Departamento de Psicologia e do Mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe.

Celso Pereira de Sá

Psicólogo, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (1971), Mestre (1978) e Doutor em Psicologia (1985),

pela Fundação Getúlio Vargas, com pós-doutorado na Université de Provence (1996). Professor da UERJ desde 1977.

Cleonice Camino

Doutora em Psicologia pela Université Catholique de Louvain, Bélgica, Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

Dalila Xavier de França

Possui graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal da Paraíba (1989), mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba (1996) e doutorado em Psicologia Social pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2006), e estágio pós-doutoral na Universidade Complutense de Madrid/Espanha (2011). Atualmente é professora Associada da Universidade Federal de Sergipe.

Frederico Alves Costa

Graduado em psicologia, mestre e doutor em psicologia social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente realiza estágio Pós-Doutoral (PNPD/CAPES) e é professor colaborador do programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

Jorge Vala

Doutorado em Psicologia Social pela Universidade de Louvain (1984), foi professor catedrático do ISCTE e é

investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Tem trabalhado em psicologia social dos processos sociocognitivos, nomeadamente no campo das representações sociais e das identidades sociais.

José Luis Álvaro

É professor titular de Psicologia Social no Departamento de Psicologia Social da Universidade Complutense de Madri. Tem sido professor visitante em diferentes universidades europeias e latino-americanas. É affiliated Lecturer na Universidade de Cambridge (Inglaterra).

Leonardo Rodrigues Sampaio

Doutor em psicologia cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professor na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Pernambuco).

Leoncio Camino

Mestre (1968) e Doutor (1974) em Psicologia pela Université Catholique de Louvain, Bélgica. Professor Emérito da UFPB desde 2010. Atualmente Professor Colaborador dos Programas de Pós-graduação de Psicologia Social e de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

Lídio de Souza (*in memoriam*)

Doutor em psicologia social pela Universidade de São Paulo. Foi professor do Programa de Pós-Graduação em psicologia e do departamento de psicologia social e do desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo (1984-2012).

Lilian Galvão

Doutora em psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do curso de psicologia da Universidade Federal de Campina Grande (Paraíba).

Lívia Braga de Sá Costa

Graduada em psicologia pela Universidade Federal da Paraíba.

Luiz Gustavo Silva Souza

Professor do departamento de psicologia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (CPS-UFF) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP-UFES).

Marcus Eugênio Oliveira Lima

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (1995), mestre em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba (1997). Doutor em Psicologia Social pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em 2003 (ISCTE-PT). Atualmente é professor do Departamento e Mestrado de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

Maria Benedicta Vassalo Monteiro

Graduada em estudos superiores em Filologia Germânica e em Psicologia, respectivamente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1965) e no Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Lisboa (1974). Obteve o grau de Doutora em

Psicologia Social na Universidade de Lovaina, na Bélgica (1984) e a Agregação em Psicologia Social e das Organizações no ISCTE (1995), onde foi Professora Catedrática entre 1996 e 2011 (ano de Jubilação).

Maria Cristina Smith Menandro

Concluiu a Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1986), o Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1995), e o Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2004). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, na Universidade Federal do Espírito Santo.

Mariana Bonomo

Doutora em Psicologia e Professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP-UFES).

Nilton Formiga

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba, Professor do curso de Psicologia e coordenador do Laboratório de Práticas Psicossociais na Faculdade Internacional da Paraíba-*Laureate International Universities*.

Pablo Queiroz

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (2015) e em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade de Valencia Espanha (2015). É professor do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (FACISA/UFRN). Atua como pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Sócio-Moral (NPDSM/UFPB).

Paulo Rogério Meira Menandro

Concluiu Graduação em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB, 1974) e Doutorado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (USP, 1983). Desde 1982 é Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

Raquel Lorente Clemares

Licenciada em sociologia pela Universidad Complutense de Madrid (2010), com especialização em Psicologia Social pela mesma universidade. Mestre em Metodologia da Investigação em Ciências Sociais (2013) também pela UCM.

Rui Costa-Lopes

Doutorado em Psicologia Social pelo ISCTE-IUL (2009), é Investigador FCT no ICS da ULisboa (onde colabora desde 2004) e Professor Auxiliar Convidado na FCH da Universidade Católica Portuguesa (desde 2011). A sua pesquisa debruça-se sobre os fenômenos do preconceito, normas sociais e processos de legitimação.

Zeidi Araujo Trindade

Doutorado e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo, professora titular do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.